

Reflexões da sociedade civil face à pandemia COVID-19 e os seus impactos no património cultural

Sofia Costa Macedo | Investigadora do CIES-ISCTE, Fórum do Património

A pandemia que inesperadamente surgiu e se expandiu por todo o mundo, teve um forte impacto sobre os mais diversos domínios, e o Património Cultural, incluindo a sua vertente construída, não foi exceção.

Ainda estão por estimar as consequências da COVID-19 na salvaguarda do património cultural que se preveem de uma forma alargada: desde as construções vernáculas, aldeias tradicionais, casas antigas, nobres e senhoriais, centros e bairros históricos das vilas e cidades, edifícios históricos, até aos monumentos e sítios e às paisagens culturais.



A Comissão Coordenadora (CC) do Fórum do Património (FP) entendeu, por isso, que se justificava promover, entre as ONG que subscreveram a Declaração Final do Fórum de 2017, uma reflexão sobre os impactos da COVID-19 na salvaguarda do Património Cultural no seu todo e, em particular, na sua vertente construída (PCC). Importava aferir a opinião dos cidadãos sobre os impactos sobre o património, as estratégias a seguir e as medidas a implementar pelas tutelas e que ações podem os cidadãos desempenhar para minimizar os impactos da COVID-19 sobre o PCC.

Essa reflexão foi promovida sob a forma de um inquérito que decorreu entre 13 de abril e 30 de junho de 2020 e que pode ser consultado na íntegra [online](#). Tratou-se de um inquérito com três perguntas de resposta aberta que procurou identificar os principais impactos sobre o PCC na perspetiva dos cidadãos, que medidas devem ser tomadas

pelos organismos da tutela do património e que ações podem e devem os cidadãos fazer para a salvaguarda e valorização do PCC.

Os resultados deste inquérito demonstram que as ONG identificaram os problemas, mas também oportunidades advindas desta pandemia, levando a uma reflexão sobre o património cultural que há muito era necessária e que levou a equacionar o seu papel nas nossas vidas, muito por via da ausência da sua fruição.

No campo das oportunidades, a utilização dos meios e ferramentas digitais foi apontada, assim como a formação e a interrupção de trabalhos de construção civil que beneficiaram, ainda que temporariamente, os bens culturais.

Contudo, permanecem, nas respostas dadas, mais problemas que oportunidades, sendo que estes não surgiram com a pandemia, mas agravaram-se com ela. Um dos

mais identificados foi uma excessiva dependência do património cultural face à indústria do turismo, não só por via do direcionamento para fins turísticos das intervenções no PCC, como também uma lógica de fruição assente em turistas, que, na sua falta, implicam perda de rendimentos, e que vai condicionar intervenções na salvaguarda e valorização dos imóveis.

Se esta questão foi a mais indicada, de acordo com as ONG, a mais gravosa reside na destruição ou abandono dos bens patrimoniais. Estes ocorrem por falta de vigilância ativa e pela inexistência de linhas gerais de atuação em termos de política patrimoniais, quer do Estado Central, mas sobretudo das entidades locais. As ONG, por via dos seus estatutos e missão, mantêm com o poder local relações – boas ou más – e é ainda na esfera do poder local que a intervenção em património se reclama. O desinvestimento no património cultural será assim resultado não

De que forma crê que o PCC vai ressentir-se, em particular, na área de influência da sua ONG?



- DIFICULDADES NA RELAÇÃO ENTRE PCC E TURISMO
- PARAGEM DE AÇÕES DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO
- MENOR AÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
- PARAGEM DE AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO
- MENOR PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
- OPORTUNIDADES

Que medidas devem ser tomadas pelos órgãos da tutela (administração central, regional e local) para mitigar os efeitos?



- INCLUSÃO DAS ONG NA GESTÃO E GOVERNANÇA DO PCC
- REVISÃO DA LEGISLAÇÃO
- CAPACITAÇÃO DAS ONG
- MAIOR ACESSIBILIDADE DO PATRIMÓNIO
- APOIO PARA O PERÍODO PÓS COVID-19
- PATRIMÓNIO E TURISMO

Que ações devem os cidadãos desenvolver, através das suas ONG, com vista à salvaguarda do Património?



- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
- LIGAÇÃO ENTRE CIDADÃOS
- AÇÕES ESPECIFICAS
- EMPODERAMENTO DAS ONG
- SERVIÇOS E RECURSOS PARTILHADOS
- COMUNICAÇÃO

só da inação dos poderes locais, como da inexistência de políticas públicas globais para o património em Portugal, sendo certo que o facto é que se desinveste no património.

As ONG estão também atentas à gestão do património cultural e reclamam para si um papel mais interventivo nas estratégias de salvaguarda e valorização, quer diretamente, quer através da sua participação em estruturas governamentais em vários níveis. É necessário dar a palavra aos cidadãos e promover uma cidadania ativa e vigilante também no património cultural. Para que tal seja possível, as ONG necessitam de uma maior capacitação que vem não só da existência e/ou disponibilização de recursos financeiros, como de serviços e recursos partilhados que tenham em conta a existência de problemas e necessidades comuns e, a partir daí, organizar linhas de intervenção. O papel do Fórum do Património parece ser estruturante nesta perspetiva. Um dos serviços mais

importantes para as ONG é o apoio jurídico que permita uma melhor intervenção nas ações de salvaguarda e proteção concretas.

As ONG apostam também nas boas práticas. Este parece ser um modelo de atuação que recolhe as opiniões favoráveis e permite competências para a educação para o património.

A comunicação é também outros dos eixos que estruturam as opiniões das ONG. Quer com as entidades da tutela do património, em que a presença junto dos órgãos decisivos é apenas um fâcies, quer com a comunicação social. Ou seja, as ONG entendem que há uma comunicação para o exterior que deve ser reforçada, embora não se apontem linhas que orientem essa comunicação. Ausente desta análise estão ações no campo da comunicação digital, sobretudo a utilização das redes sociais como forma de cumprir os objetivos das associações.

A par de medidas e propostas mais clássica, as ONG apresentam propostas mais atuais, embora em menor dimensão: redes de proximidade entre cidadãos, ou redes digitais de partilha de informação, mas que permanecem residuais naquilo que é a esfera tradicional de trabalho das associações: uma maior participação nas estruturas de decisão, ações de sensibilização e divulgação, apoios e benefícios financeiros.

Parece ser evidente, para o geral das ONG que houve, em época de pandemia um crescimento da consciência da relevância dos bens patrimoniais e da importância de uma fruição física destes espaços. Embora tenha sido possível um alargamento da partilha do património, sobretudo por via digital, a apropriação do espaço permanece como essencial em qualquer ação referente ao património cultural. Pedem-se novas abordagens no pós-pandemia. Trabalho esse que cabe a cada cidadão também fazer, através das estruturas associativas ao dispor na sociedade civil ■